

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – A EXPERIÊNCIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LAGES/SC
Ivana Elena **Michaltchuk** – UNIPLAC

INTRODUÇÃO

O processo de formação continuada dos profissionais da educação, desenvolvido nos municípios brasileiros neste início de milênio, é fruto das discussões entabuladas no cenário nacional a partir do declínio do regime ditatorial, culminando em novas propostas de melhorias da educação básica no país.

Se os professores são o foco de uma nova proposta formativa, a escola apresenta-se como o “locus“ privilegiado para a formação permanente desses profissionais, tanto por sua capacidade de oferecer novas reflexões sobre a ação pedagógica quanto por permitir que os saberes da experiência sejam “confrontados“ com os saberes academicamente produzidos.

Como entende Santos (1995, p. 7), “a formação do professor precisa ser analisada com base em teorias que estabeleçam relações entre o pessoal e o social , o coletivo e o individual ou entre agência e estrutura”. Fica evidente, então, a relevância em aliar as visões “micro” e “macro” na discussão sobre formação de professores.

Para tanto, é fundamental neste contexto realizar uma análise histórica da educação continuada dos professores do sistema de educação pública municipal de Lages, na perspectiva de responder ao questionamento: Será que o processo de formação continuada de professores, historicamente têm apresentado um cenário de continuidade ou rupturas, em função das mudanças políticas que se alternam periodicamente no município?

Para visualizar mais efetivamente esse processo, estabelece-se como recorte textual um olhar sobre o histórico da formação dos professores do sistema de educação pública municipal de Lages, SC, considerando as diretrizes político-institucional, social e pedagógica envolvidas na elaboração das políticas públicas direcionadas ao processo das práticas formativas dos profissionais da educação.

HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EM LAGES, SC.

A formação dos professores em Lages, SC, seguindo a tendência nacional, começa e ser vista sob um olhar diferenciado por parte do poder público em 1993. Com a instauração de uma administração municipal de caráter popular, que vigorou até o ano 2000, estabeleceu-se os seguintes princípios relacionados à rede pública municipal de ensino: democratização do acesso à educação e democratização da gestão e qualidade do ensino e escola pública.

Para efetivar essa política educacional, a equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação elaborou, em 1993, e implantou, no ano seguinte, o “Projeto EducAção”, proposta regida por um amplo sistema de gerenciamento pedagógico envolvendo os setores administrativo e pedagógico das unidades escolares do município.

Surge, nesse contexto, a gênese do processo de formação de professores do sistema público de educação de Lages, ao articular e sistematizar uma “Capacitação em Serviço”, visando proporcionar aos docentes assessoramentos permanentes com a equipe técnica da secretaria de educação.

Na implementação do processo de formação docente, instituído pelo projeto EducAção, foram firmados pioneiramente convênios com uma instituição de nível superior - a Uniplac – Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense - e com a Módulo Editora, objetivando,

Assegurar ao professor as condições necessárias para que o suporte teórico-metodológico oferecido resulte em maior compreensão da sua prática pedagógica, melhores condições de enfrentamento dos problemas de ensino e aprendizagem com os quais estão às voltas todos os dias. (LAGES, 2000, p. 28)

Em consonância com as políticas nacionais e catarinenses de formação de professores, em 1997 foi criado pela administração municipal o centro pedagógico, com a finalidade de promover a atualização constante dos professores e

auxiliar o aprimoramento do processo pedagógico, orientação específica por área do conhecimento nos aspectos teóricos e metodológicos, promoção da integração das unidades escolares com o Centro, visando o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelas escolas, entre outras. (LAGES, 2000. p. 27)

Nesse mesmo período, já se configurava no cenário nacional a elaboração de

novos programas de formação de professores, vinculados à implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC. No entanto, somente a partir de 2001 as propostas do Ministério da Educação são efetivamente consolidadas por meio das secretarias estaduais e municipais de educação, com a divulgação de módulos orientadores de estudo dos Parâmetros e Referenciais Curriculares Nacionais – Parâmetros em Ação.

A idéia central dos PCNs consistia em efetivar uma proposta de “reorientação curricular”, objetivando a construção coletiva do conhecimento pedagógico, o desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes e, principalmente, a melhoria da qualidade de aprendizagem dos alunos. Segundo as considerações realizadas no módulo de introdução dos PCNs (2001, p.13):

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.

Em Lages, o sistema proposto pelos PCNs para a formação dos docentes inicialmente foi articulado e desenvolvido pela equipe técnica do Ministério da Educação, no período de julho a dezembro de 2001, com capacitações organizadas em pólos regionais direcionadas aos Coordenadores - Gerais e de Grupos -, indicados pelas Secretarias Estaduais/Municipais de Educação. Esses coordenadores teriam a responsabilidade de, junto aos professores das unidades escolares, desenvolver as pautas com os conteúdos dos módulos orientadores de estudo, divididos em comuns e específicos por área de conhecimento e por série de atuação.

Todo o trabalho desenvolvido deveria ser obrigatoriamente registrado com os encaminhamentos e conclusões de cada grupo, servindo como base para a elaboração de relatórios posteriores enviados à SEF/MEC, seguindo as diretrizes dos PCNs.

Com as mudanças políticas ocorridas no país, após dois anos de sua implantação (2001 – 2002), os PCNs deixaram de nortear o trabalho da formação continuada, conforme previsto anteriormente pelo Ministério da Educação.

A partir do ano de 2003, com a transição política na esfera federal, a Secretaria Municipal de Educação de Lages passou a construir seu próprio projeto de formação, com a devida clareza de que esse processo demanda o enfrentamento de inúmeras adversidades,

entre elas o descaso político histórico dos governantes e o poder público ineficiente.

Com a continuidade do processo formativo da Secretaria Municipal de Educação até a presente data, evidencia-se que os fatores políticos têm conseqüências importantes na definição e manutenção dos programas de educação continuada, pois a destinação de recursos financeiros é extremamente limitada para fomentar iniciativas coerentes e inovadoras nesse processo.

Diante desta dicotomia entre a constante busca pelo aprimoramento profissional e a superação das políticas alienantes, é fundamental refletir sobre o modo como a educação continuada vem interferindo para o delineamento de uma nova postura do educador no contexto do espaço educacional. Fica evidente que a escola pode ser tanto um espaço de transformação, apropriação e construção do conhecimento quanto apenas um local de reprodução de ideologias das classes dominantes, dependendo da postura adotada pelo educador em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas palavras de Moreira (2002, p. 17), as práticas de formação “propõem e experimentam alternativas na produção das condições subjetivas de um profissional especializado, mediador do forjamento histórico das pessoas, em nova fase de emancipação humana”. Cabe ressaltar, porém, que esse processo é repleto de contradições e paradoxos. Conforme Gentili (2008, p. 117):

Nesta era de solidão, a escola vive um estranho paradoxo. Ao mesmo tempo em que dela não se espera nada, dela também se espera tudo. A escola, dizem os exegetas da desolação, atravessa uma crise sem precedentes, incapacitada como está para responder aos desafios que lhe são impostos pelos novos tempos. Em uma “sociedade do conhecimento” – dizem eles – a escola perde qualidade, dinamismo e flexibilidade, deixando a formação das novas gerações nas mãos dos meios de comunicação, das redes virtuais e de toda uma parafernália tecnológica que, ao que parece, regula a vida dos indivíduos no presente e a regulará ainda mais no futuro.

Analisando o processo histórico da formação continuada do professor em Lages, observa-se que as políticas públicas nacionais e municipais têm norteado de forma significativa todas as ações voltadas ao cenário formativo, apresentando, desta forma, um caráter fragilizado e dependente da “vontade política”. Cabe ressaltar que esse processo dicotômico não ocorre só em Lages, mas no contexto nacional. Ou seja, de um lado vê-se a

escola como elemento fundamental na construção de novos paradigmas na formação constante do profissional da educação e, de outro, ela representa a continuidade de processos históricos de exclusão, manutenção das diferenças e de propostas ou práticas pedagógicas consideradas, há muito, obsoletas.

Nesse sentido, é condição *sine qua non* que todo educador tenha a clareza da dimensão classista do espaço social que ocupa e que, como sujeito, está inserido em projetos sociais em constantes disputas na atualidade. Com efeito, torna-se evidente que o êxito de qualquer reforma educacional passa necessariamente pela qualidade e melhoria das condições reais do trabalho educativo, por investimentos maciços em educação em todos os níveis, pela valorização salarial dos professores, pela superação das práticas discriminatórias, condições de exclusão e de desigualdades sociais, pela ampliação e investimentos nos espaços de formação continuada, pelo fortalecimento de concepções democráticas no seio da escola pública, pela visão do processo formativo do professor como necessidade intrínseca a sua atuação, entre outros fatores.

Ao encontro dessa reflexão, Beillerot (1998, p. 34) ressalta que “a formação é um processo contínuo, um movimento que não ocorre num determinado tempo, mas num tempo entrelaçado da vida, num desenrolar duradouro”. Desta forma, os cursos de formação docente representam um espaço de possibilidades que necessariamente devem assumir um caráter emancipatório, no sentido de instrumentalizar o educador para a compreensão crítica dos processos contraditórios que se configuram no cotidiano vivido pelos profissionais da educação no espaço escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEILLEROT, J. **Voies ET voix de La formation**. Paris: Editions Universitaires, 1988.

GENTILI, Pablo. **Desencanto e utopia**: a educação no labirinto dos novos tempos. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOREIRA, Carlos Eduardo. **Formação continuada de professores**: entre o improviso e a profissionalização. Florianópolis: Insular, 2002.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

PREFEITURA DE LAGES. Secretaria Municipal da Educação. Revista – Educação *em revista*. Números 2 e 5. Editoração: Módulo Editora, 2000.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão. Formação do(a) professor(a) e pedagogia crítica. In: FAZENDA, Ivani (org.) **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1995.